

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0373-16/09 à 20/09/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Governo federal lança plano com 79 ações para promover a igualdade salarial e laboral entre mulheres e homens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/09/2024

Com ações voltadas à ampliação e permanência das mulheres no mercado de trabalho, assim como à ascensão a cargos de direção e gestão e ao enfrentamento às discriminações no ambiente de trabalho, o Ministério das Mulheres e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançam, nesta quarta-feira (18), o [Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens](#). O evento, que também marca a divulgação do 2º Relatório de Transparência Salarial, acontece em Brasília com a presença da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, do ministro do MTE em exercício, Francisco Macena, e demais autoridades.

Ao todo, são 79 ações divididas em três eixos que também abordam aspectos étnico-raciais e da divisão sexual do trabalho, ou seja, das responsabilidades familiares pelas atividades de cuidado:

1. Acesso e ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho, com 36 ações de enfrentamento às barreiras que impedem as mulheres de acessar o mundo do trabalho em condições de plena igualdade;
2. Permanência das mulheres nas atividades laborais, com 19 ações para reduzir os obstáculos à permanência das mulheres e promover políticas de compartilhamento das responsabilidades familiares; e
3. Ascensão e valorização profissional das mulheres no mundo do trabalho, com 24 ações que visam estimular e criar oportunidades para mulheres jovens acessarem carreiras vinculadas às ciências exatas.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Decisões do STF asseguram direitos de pessoas com deficiência](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/09/2024

Neste sábado (21) comemora-se o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 11.133/2005. A celebração visa garantir a participação dessas pessoas na sociedade de maneira igualitária e sem preconceitos. O mês também é marcado pela campanha Setembro Verde, que conscientiza para a luta contra o capacitismo e celebra ações e conquistas do movimento pela inclusão.

[Newsletter reúne as informações mais importantes do TST no LinkedIn](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/09/2024

Já está no ar a newsletter TST Juris, publicada no LinkedIn do Tribunal Superior do Trabalho, que reúne as decisões mais recentes e relevantes do Tribunal. O conteúdo, voltado para profissionais e pessoas que estudam a área jurídica, será publicado mensalmente na plataforma. O objetivo é aumentar a compreensão e o alcance acerca das questões trabalhistas que têm impacto direto na vida de milhares de pessoas.

[Justiça do Trabalho lança robô que identifica casos de assédio eleitoral em ações trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/09/2024

Com a campanha eleitoral a todo o vapor pelo país, a Justiça do Trabalho lançou oficialmente nesta sexta-feira (20) o [Painel de Monitoramento de Combate ao Assédio Eleitoral no Trabalho](#). A ferramenta monitora petições iniciais ajuizadas e envia um

alerta automático às unidades judiciárias sobre casos de assédio eleitoral entre as ações protocoladas.

[TST fará pauta temática de conciliações na Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/09/2024

O Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (Cejusc/TST) mobilizará sua equipe para conduzir, de 23 a 27 de setembro, uma semana dedicada a audiências de conciliação em casos envolvendo pessoas com deficiência. “Isso abrange tanto pessoas nessa condição quanto as que adquiriram a deficiência em razão de acidentes de trabalho”, explica o vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, coordenador do Cejusc/TST.

[Sem assistência do sindicato, pedido de demissão de gestante é anulado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/09/2024

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar um recurso da 5M Comércio Atacadista e Varejista de Alimentos Ltda., de Diadema (SP), contra condenação ao pagamento de indenização a uma repositora que estava grávida ao pedir demissão. Com essa decisão, o colegiado referendou o entendimento do TST sobre a matéria.

[Portal do TST passa a emitir certidões judiciais de forma automática e gratuita](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2024

O Portal do Tribunal Superior do Trabalho passou a emitir as certidões eletrônicas de exercício da advocacia e de andamento processual de forma automática e gratuita, trazendo mais agilidade, segurança e praticidade. Para encontrar o serviço, basta acessar a página principal do Portal do TST e clicar no [Portal da Advocacia](#), no item [Certidões](#).

[Transportadora de valores é condenada após morte de empregados em acidente com carro-forte](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2024

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de transporte de valores de Feira de Santana (BA) a pagar R\$ 300 mil por dano moral coletivo por conduta negligente que resultou na morte de dois empregados em um acidente com um carro-forte. Para o colegiado, o descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho demonstra descuido para com toda a classe trabalhadora, em especial a categoria dos empregados diretamente atingidos, daí o dano coletivo.

[Mantida reintegração de carteiro com alcoolismo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra a reintegração de um agente de correios de Igaratinga (MG) que havia sido dispensado por justa causa em razão de muitas faltas injustificadas. Ficou comprovado, no processo, que ele tinha síndrome de dependência do álcool, e, de acordo com a jurisprudência do TST, a doença não é um desvio de conduta.

[Ministro Lelio Bentes preside última sessão do Tribunal Pleno de sua gestão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/09/2024

O ministro Lelio Bentes Corrêa presidiu, nesta segunda-feira (16), sua última sessão do Pleno como presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Sua gestão se encerra no dia 10 de outubro, com a posse da nova direção para o biênio 2024/2026.

[Justiça do Trabalho inicia Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/09/2024

Promovida anualmente pela Justiça do Trabalho, a 14ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista começou oficialmente nesta segunda-feira (16), com a solenidade de abertura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, em Salvador (BA). O evento, organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), visa resolver processos em fase de liquidação (cálculos) e execução (pagamento dos valores devidos). O esforço concentrado envolve audiências de conciliação, pesquisas patrimoniais, alienações judiciais de bens penhorados e pautas especiais, entre outras ações.

Notícias do Executivo

[Fiscalização possibilitou Inclusão de 31.639 Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho no ano passado](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 20/09/2024

No dia nacional dedicado às Pessoas com Deficiência, (21/09), instituído pela Lei 11.133/2005, o Ministério do Trabalho e Emprego reforça a importância da inclusão desse grupo no mercado de trabalho e na sociedade. Para assegurar o cumprimento da Lei de cotas (Lei 8.213/91), a Secretaria de Inspeção do Trabalho tem se empenhado em fiscalizar o cumprimento da reserva legal de vagas aos PCDs.

[Acre, Ceará e Pernambuco apresentam as menores desigualdades salariais entre mulheres e homens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/09/2024

Acre, Ceará e Pernambuco são os estados brasileiros com menores desigualdades salariais entre mulheres e homens, com as mulheres ganhando cerca de 10% a menos do que os homens em empresas com 100 ou mais funcionários. Por outro lado, Espírito Santo e Paraná apresentam as maiores disparidades, com mulheres recebendo 29% a menos que os homens.

[Dia do FGTS: lideranças discutem sustentabilidade do Fundo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/09/2024

O ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena, participou nesta quarta-feira (18), em Brasília, do “FGTS Day”, evento que reuniu cerca de 50 líderes do

setor de habitação, incluindo CEOs de incorporadoras ligadas à Associação Brasileira de Incorporadoras (Abrainc), representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS). O objetivo foi discutir a sustentabilidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e suas aplicações no setor habitacional.

[Mulheres ganham 20,7% menos que homens em empresas com mais de 100 funcionários, aponta 2º Relatório de Transparência Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/09/2024

De acordo com o 2º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, divulgado nesta quarta-feira (18), as mulheres ainda recebem 20,7% menos do que os homens nas 50.692 empresas com 100 ou mais empregados. O levantamento, que utiliza dados da RAIS de 2023, foi apresentado durante o evento de lançamento do Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. No primeiro relatório, em março deste ano, a diferença salarial registrada era de 19,4%.

[MTE realiza Workshop sobre negociação coletiva e diálogo social no Maranhão](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/09/2024

A Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão realizou, no último dia 13 de setembro, um workshop sobre negociação coletiva e diálogo social, num evento que contou com a participação de representantes de cerca de 50 entidades sindicais de trabalhadores e empregadores que puderam ter capacitação sobre os procedimentos de registro sindical e de fiscalização de denúncias trabalhistas.

[Conselho de Recursos da Previdência Social deverá ter 1 milhão de recursos analisados até o fim do ano](#)

Ministério da Previdência Social - 19/09/2024

Até o fim de 2024, o Conselho de Recursos da Previdência Social deverá ter analisado 1 milhão de recursos. A previsão foi apresentada em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), nesta quinta-feira (19). O passivo de processos aguardando julgamento e cumprimento dos acórdãos (considerando CRPS e INSS) tem diminuído. Passou de 2,3 milhões de processos em janeiro de 2023 para 1,2 milhão

em setembro deste ano. O CRPS é o órgão colegiado que exerce o controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[Equipe apresenta balanço dos benefícios por incapacidade](#)

Ministério da Previdência Social - 19/09/2024

Com a adoção do Atestmed (ferramenta de análise de documentação médica), o tempo médio de duração dos benefícios por incapacidade temporária tem sido bem menor se comparado ao tempo médio quando é feita perícia presencial. 62,5 dias contra 394,8 dias (competência julho de 2024), respectivamente. Foi o que mostrou um balanço apresentado ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em reunião, nesta quinta-feira (19), em Brasília.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Mudanças climáticas: MPT recomenda que empresas adotem medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2024

O Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT-RO/AC), representado pela procuradora do Trabalho Camilla Holanda Mendes da Rocha e pela procuradora do Trabalho Cirlene Luiza Zimmermann, coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat), expediu recomendação a empresas e empregadores para que adotem medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores diante das mudanças climáticas.

[Reconecta debate inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2024

Teve início nesta quarta-feira (18) a terceira edição do evento Reconecta, que neste ano tem como tema “Abrindo caminho para o amanhã”. A iniciativa busca ampliar o debate sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e divulgar vagas de trabalho para esse grupo oferecidas por empresas de diversas regiões do país.

[MPT e centrais sindicais firmam pacto contra assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e nove centrais sindicais e o Fórum das Centrais Sindicais assinaram, na terça-feira (17.9) o Pacto Institucional para a Defesa da

Democracia nas Relações de Trabalho. A [carta aberta](#) foi assinada pelo procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e representantes das centrais sindicais, em reunião na Procuradoria-Geral do Trabalho. O documento reafirma a união do MPT e centrais sindicais contra o assédio eleitoral, reforça o combate à discriminação por orientação política, promove a defesa da democracia e busca assegurar o direito de trabalhadoras e trabalhadores à liberdade de escolha e expressão política.

[MPT lança documentário sobre assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou nesta terça-feira (17) um [documentário](#) sobre assédio eleitoral nas relações de trabalho. A produção faz parte da campanha “O voto é seu e tem a sua identidade”, lançada pela instituição para esclarecer a sociedade sobre o tema.

Outras Notícias

[Dispensa ilegal de reabilitado enseja indenização desde o ajuizamento](#)

Consultor Jurídico - 22/09/2024

A dispensa inválida de empregado reabilitado justifica o pagamento de salários relativos ao período de afastamento entre o ajuizamento da ação que reconheceu a ilegalidade e a reintegração do trabalhador. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho concedeu parcial provimento a um recurso de revista de uma empregada reabilitada demitida indevidamente por um laboratório farmacêutico.

[TST afasta aplicação da Súmula 331 em processo de terceirização](#)

Consultor Jurídico - 22/09/2024

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a agravo de instrumento em recurso de revista de uma empresa de transporte de cargas contra decisão que reconheceu a responsabilidade subsidiária da companhia em contrato de prestação de serviços. Prevaleceu o entendimento da relatora da matéria, ministra Morgana de Almeida Richa, que explicou que a jurisprudência do TST é no sentido de que em casos como esses é inaplicável a Súmula 331.

[O Tema 1.046 STF e a prevalência das negociações sindicais](#)

Consultor Jurídico - 21/09/2024

Desde a sua criação, a legislação trabalhista no Brasil foi marcada por um robusto protecionismo em relação ao trabalhador, característica originada com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943. Contudo, com a evolução das

relações de trabalho e a necessidade de modernização das normas laborais, surgiu a reforma trabalhista, que propôs uma flexibilização e maior adaptabilidade às necessidades contemporâneas tanto das empresas quanto dos trabalhadores.

[Sinsa discute futuro do trabalho em colóquio com inscrições gratuitas](#)

Consultor Jurídico - 21/09/2024

O Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Sinsa) promove, no próximo dia 4 de outubro, o 5º Colóquio Sinsa, com o tema “Diversidade e Justiça: caminhos para o futuro do trabalho”. O evento terá debates sobre reformas legislativas, o impacto de decisões do Supremo Tribunal Federal nas relações trabalhistas e as implicações da advocacia predatória no cenário atual, entre outros assuntos.

[Proteção trabalhista indireta: gestante e nascituro](#)

Consultor Jurídico - 20/09/2024

O Direito do Trabalho é especialíssimo quanto ao seu campo de atuação e proteção destinada aos contratos com vínculo de emprego. Ao longo dos anos, todavia, foi ampliando sua base de proteção e alguns direitos, antes exclusivos para empregados, foram, aos poucos, expandidos ou estendidos para outras formas de relação de trabalho tais como diretores de empresa, trabalho temporário, avulso, cooperados.

[Reclamação para fixação de honorários sucumbenciais no rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 19/09/2024

Em que pese a jurisprudência seja pacífica no sentido de que os honorários sucumbenciais independem de formulação de pedido, pois decorrem de imperativo legal, pertinente aos efeitos da sucumbência, tratando-se, em verdade, de pedido implícito, alguns tribunais, sobretudo os da Justiça do Trabalho, insistem em desrespeitar os precedentes judiciais e violar os direitos da advocacia, conforme já noticiado neste sítio [1], oportunidade na qual transcreve-se excerto da decisão denegatória dos honorários proferida no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

[Exigência de exame de gravidez no ato da demissão é conduta discriminatória?](#)

Consultor Jurídico - 19/09/2024

É sabido que a empregada gestante possui estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme previsto no artigo 10, II, "b", do ADCT. O que poucos talvez saibam é que essa garantia não visa proteger a gestante, mas assegurar ao nascituro que, a sua mãe tenha uma gravidez tranquila, com condições adequadas de prover os alimentos essenciais para o desenvolvimento do feto.

[Fazer eventualmente tarefas compatíveis ao cargo não caracteriza desvio de função](#)

Consultor Jurídico - 16/09/2024

O mero exercício casual de atividades diversas, mas compatíveis com o cargo do empregado, não implica em pagamento de acréscimo salarial por acúmulo de funções. Esse foi o entendimento da juíza Patrícia Germano Pacífico, da 12ª Vara do Trabalho, para negar ação trabalhista de um funcionário contra uma instituição de ensino superior de Brasília.

[Candidata ganha direito à vaga após negativa por licença-maternidade](#)

Migalhas - 22/09/2024

A 1ª turma Recursal Cível do TJ/RS determinou que uma candidata, preterida durante sua licença-maternidade, seja convocada para o cargo de assistente administrativo no SEST SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. A decisão foi relatada pela juíza de Direito Rosangela Carvalho Menezes, que considerou a negativa de contratação uma prática discriminatória. O Tribunal fixou multa diária de R\$ 500, limitada a 30 dias, em caso de descumprimento.

[TRT-18: Banco custeará tratamento de autismo a filho de funcionário](#)

Migalhas - 22/09/2024

Uma instituição bancária foi condenada a arcar com os custos integrais do tratamento do filho de um funcionário diagnosticado com TEA - Transtorno do Espectro

Autista. A decisão da 1ª turma do TRT da 18ª região determinou que o banco custeie as terapias do método ABA - Análise do Comportamento Aplicada, além de outros tratamentos não inclusos no rol da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, como a equoterapia.

[Trabalhador que buscou a Justiça 12 anos após acidente tem ação negada](#)

Migalhas - 21/09/2024

Funcionário que sofreu acidente de trabalho e ajuizou ação indenizatória após 12 anos do ocorrido tem ação negada. Decisão liminar é do desembargador do TRT da 8ª região, após observar a prescrição das pretensões condenatórias, segundo o art. 7º da Constituição Federal.

[Dia de Luta da Pessoa com Deficiência: veja avanços e desafios da inclusão](#)

Migalhas - 21/09/2024

Neste sábado, 21, celebra-se o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, data que busca ressaltar a importância da inclusão e da conscientização acerca dos desafios enfrentados por essa parcela da população. A data foi instituída pela lei 11.133/05, para lembrar que pessoas com deficiência devem ter direitos respeitados e podem participar plenamente da sociedade em igualdade de condições com as demais.

[TRT-2: Controle por catraca eletrônica não comprova real jornada](#)

Migalhas - 20/09/2024

A 2ª turma do TRT da 2ª região decidiu que o controle de jornada por catraca eletrônica utilizado por uma empresa de construção civil não foi suficiente para comprovar a real jornada de trabalho de um carpinteiro. A decisão manteve a condenação da empresa ao pagamento de horas extras, reconhecendo que o sistema de controle de ponto não refletia a totalidade das horas efetivamente trabalhadas.

[TRT-2: Por cargo de confiança, gerente da Verisure não receberá hora extra](#)

Migalhas - 20/09/2024

A empresa de sistema de segurança, Verisure, não deve pagar horas extras e adicional de sobreaviso a ex-gerente que exercia cargo de confiança. Decisão é da 3ª turma do TRT da 2ª região, que concluiu, mediante as provas apresentadas no auto, que o homem exercia funções de gerência.

[Empresa é condenada por fornecer marmitas com larvas a trabalhador](#)

Migalhas - 20/09/2024

A 1ª turma do TRT da 18ª região manteve, por unanimidade, a condenação de uma empresa de concreto ao pagamento de R\$ 3 mil em indenização por dano moral a um motorista de betoneira. A decisão confirma a sentença proferida pelo juízo da Vara do Trabalho de Uruaçu/GO. O trabalhador alegou, em sua ação, que a empresa fornecia alimentação inadequada e sem higiene.

[Empresa indenizará empregada por reclassificá-la como PcD para cumprir cota](#)

Migalhas - 20/09/2024

Multinacional japonesa do setor industrial foi condenada a pagar indenização em R\$ 10 mil por danos morais a uma funcionária que foi indevidamente classificada como PcD para que a empresa pudesse cumprir a cota legal de contratação de pessoas reabilitadas ou com deficiência.

[TRT-2 condena empresa de vigilância a garantir cota de aprendizes](#)

Migalhas - 19/09/2024

O TRT da 2ª região, em decisão unânime, acolheu o recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho e condenou uma empresa de vigilância ao cumprimento da cota de contratação de aprendizes. A empresa deverá seguir o disposto no art. 429 da CLT, que determina a contratação de um percentual mínimo de 5% de aprendizes em relação ao total de empregados.

[TRF-3: Empresa deve recolher SAT/RAT sobre salário de aprendizes](#)

Migalhas 18/09/2024

Acolhendo recurso da União, a 2ª turma do TRF da 3ª Região entendeu que jovens aprendizes são segurados obrigatórios do sistema SAT/RAT, impondo às empresas o dever de recolher tributos correspondentes aos valores pagos a esses trabalhadores. No caso, a empresa impetrou MS para afastar a cobrança de contribuições ao SAT - seguro acidente de trabalho, RAT - risco ambiental do trabalho e a terceiros sobre salários de menores aprendizes.

[Trabalhador será indenizado após pedido para retirar barba e brinco](#)

Migalhas - 17/09/2024

A 13ª turma do TRT da 2ª região confirmou a condenação por danos morais a um fiscal de condomínio que foi instruído a deixar de usar barba e brinco durante o período contratual. O desembargador Valdir Florindo, relator do caso, destacou que essas exigências violam a privacidade e a intimidade do trabalhador.

[TRT-2 anula execução após magistrado atuar de ofício](#)

Migalhas - 17/09/2024

Por unanimidade, a 17ª turma do TRT da 2ª região, anulou atos processuais em execução trabalhista após constatar que o juiz atuou de ofício, mesmo estando as partes representadas por advogados. A execução foi iniciada em 2019, após o trânsito em julgado da ação que reconheceu créditos trabalhistas.

[TRT-3 mantém justa causa a empregada que ofendeu colega: "cabelo para lavar vasilhas"](#)

Migalhas - 17/09/2024

A 9ª turma do TRT da 3ª região confirmou a validade da demissão por justa causa de uma funcionária de um supermercado que dirigiu ofensas a uma colega de trabalho. A decisão reforma a sentença inicial que havia considerado a conduta inadequada, mas não grave o suficiente para justificar a aplicação da pena máxima.

[Sindicato deve devolver contribuição assistencial de não sindicalizados](#)

Migalhas - 16/09/2024

Sindicato devolverá descontos a título de contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados. Assim decidiu o juiz do Trabalho Wilson Candido da Silva, da vara do Trabalho de Lorena/SP, ao reconhecer o direito de oposição dos trabalhadores. No caso, empregados de postos de combustíveis alegaram que descontos em seus salários a título de contribuição assistencial eram indevidos, pois nunca se associaram ao sindicato Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de São José dos Campos e região.

[TRT-5: Ex-sócio mantido como representante legal responde em execução](#)

Migalhas - 16/09/2024

Por unanimidade, 2ª turma do TRT da 5ª região manteve ex-sócio de empresa no polo passivo de execução trabalhista, rejeitando o argumento de que ele teria se retirado de forma legítima da sociedade. No caso, ex-sócio alegou que deixou a sociedade em 22/12/16, antes da prestação de serviços da empregada.

[Ministério da Saúde promove reunião emergencial com Centros de Referência em Saúde do Trabalhador das regiões afetadas pelas queimadas](#)

Revista Proteção - 20/09/2024

O Ministério da Saúde realizou na segunda-feira (16), por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), uma reunião emergencial em formato virtual com Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) das áreas mais afetadas pela crise hídrica, baixa umidade do ar, aumento de ondas de calor e intensificação das queimadas e incêndios florestais. A reunião contou com mais de 100 centros de 20 unidades federativas, a maioria das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, e teve como objetivo articular e fortalecer a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) no enfrentamento da emergência climática em curso. Também participaram integrantes da Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DVSAT) e de Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cistt).

[Governo da Paraíba promove capacitação para vigilância e notificação do câncer relacionado ao trabalho](#)

Revista Proteção - 20/09/2024

Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio do Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador da Paraíba (Cerest-PB), em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), realizou, nesta quarta-feira (18), a abertura da Capacitação de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho na Paraíba. O evento, que se estende até esta quinta-feira (19), no auditório do Fórum Maximiano de Figueiredo do Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região, em João Pessoa, tem como objetivo capacitar profissionais de saúde, de vigilâncias epidemiológicas e técnicos de diversos setores para identificar, prevenir e minimizar os casos de câncer relacionados ao trabalho.

[CPR-SP discute normas de redes de segurança e de guarda-corpos provisórios](#)

Revista Proteção - 19/09/2024

As novas normas técnicas de redes de segurança contra quedas e de sistemas provisórios de proteção de periferia foram apresentadas e debatidas na quarta reunião online deste ano do CPR-SP (Comitê Permanente Regional de São Paulo) da Norma Regulamentadora (NR18) – Saúde e Segurança do Trabalho na Indústria da Construção, em 10 de setembro.

[Diretor-geral da OIT saúda apoio dos Ministros do Trabalho do G7 à Coalizão Global para a Justiça Social](#)

Organização Internacional do Trabalho - 17/09/2024

Os ministros e as ministras do Trabalho e Emprego do G7 (LEMM) reafirmaram seu apoio à Coalizão Global para a Justiça Social liderada pela OIT e seu papel na aceleração do progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na [Declaração](#) divulgada ao final da reunião, os ministros e as ministras reafirmaram a necessidade de uma abordagem inclusiva e centrada nas pessoas para aproveitar as oportunidades e enfrentar os riscos apresentados ao mundo do trabalho.

[CPRT realiza 2ª reunião para debater desafios trabalhistas no setor da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/09/2024

Nesta quarta-feira (18), a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câ-

mara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promoveu a 2ª Reunião Exclusiva da CPRT/CBIC de forma virtual. O encontro reuniu líderes e especialistas para discutir questões que impactam o setor da construção, incluindo atualizações normativas e a escassez de mão de obra.

[A Gestão de Equipamento de Proteção Individual – EPI](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/09/2024

A gestão de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) é muito importante para garantir a manutenção da segurança e a saúde no ambiente de trabalho, mesmo que o uso do EPI seja a última opção na hierarquia das medidas de controle. O correto controle de EPI pode significar a diferença entre um ambiente seguro e um ambiente com riscos, além de contribuir com a produtividade das atividades.

[Insalubridade e Periculosidade: entenda a diferença entre os dois](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/09/2024

Os adicionais de insalubridade e periculosidade são obrigatoriamente pagos pelo empregador para compensar e assegurar a proteção do trabalhador exposto a condições nocivas à saúde e à vida. O adicional é destinado àqueles que desempenham suas atividades em ambientes ou condições prejudiciais. Previsto na CLT, o adicional objetiva compensar os riscos a que os trabalhadores estão expostos em determinadas atividades.

[Artigo: Incorporação dos Riscos Psicossociais na NR 01: Impactos e Perspectivas para as Empresas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/09/2024

A inclusão dos riscos psicossociais na Norma Regulamentadora 01 (NR 01) por meio da Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, do Ministério do Trabalho e Emprego, representa uma mudança significativa no cenário da gestão de segurança e saúde no trabalho no Brasil. Esta medida amplia o conceito de risco ocupacional, trazendo à tona a necessidade de considerar não apenas os riscos físicos, químicos e biológicos, mas também os fatores que afetam a saúde mental e o bem-estar psicológico dos trabalhadores.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA GM/MTE Nº 6, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 18/09/2024 Seção I Pág. 82) - Dispõe sobre a implementação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que trata sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023, e pela Portaria MTE nº 3.714, de 24 de novembro de 2023;

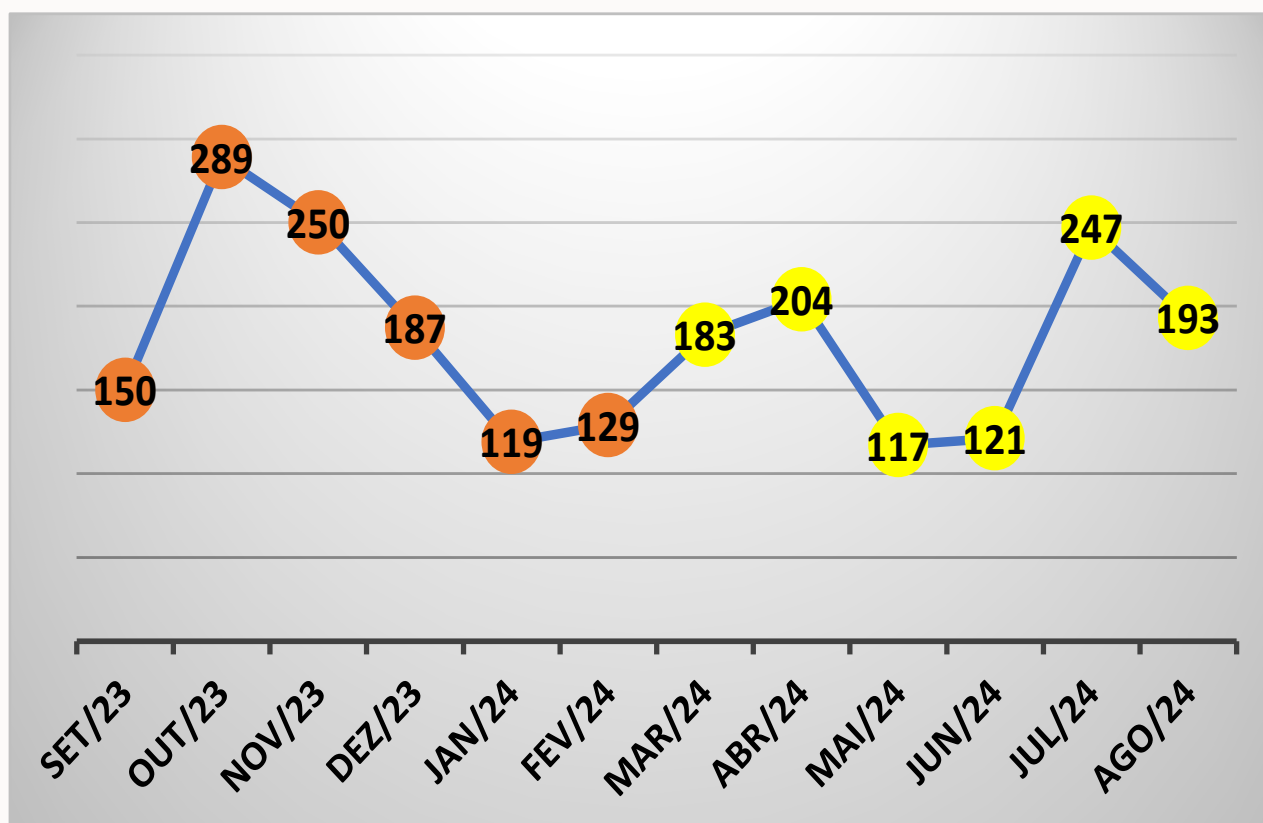
[PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MDHC/MIR Nº 18, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 18/09/2024 Seção I Pág. 84) - Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, bem como dispõe sobre as regras que lhes são aplicáveis;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 4, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 19/09/2024 Seção I Pág. 83) - Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2024, com vigência para o ano de 2025 e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2024, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 01 (NR 01) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula